

POLITEC-BA

Conhecimentos Básicos



Editais verticalizados

Polícia Oficial e Identificação
Técnica do Estado da Bahia - BA

 O que cai
na prova

.....

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de textos.
2. Tipologia textual.
3. Ortografia oficial.
4. Acentuação gráfica.
5. Emprego das classes de palavras.
6. Emprego do sinal indicativo de crase.
7. Sintaxe da oração e do período.
8. Pontuação.
9. Concordância nominal e verbal.
10. Regência nominal e verbal.
11. Significação das palavras.
12. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).
13. Aspectos gerais da redação oficial.
14. Finalidade dos expedientes oficiais.
15. Adequação da linguagem ao tipo de documento.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Estruturas lógicas.
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.
3. Lógica sentencial (ou proposicional).
 - 3.1. Proposições simples e compostas.
 - 3.2. Tabelas verdade.
 - 3.3. Equivalências.
 - 3.4. Leis de Morgan.
 - 3.5. Diagramas lógicos.
4. Lógica de primeira ordem.

5. Princípios de contagem e probabilidade.
6. Operações com conjuntos.
7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais

ATUALIDADES

1. Globalização: conceitos, efeitos e implicações sociais, econômicas, políticas e culturais.
2. Multiculturalidade, Pluralidade e Diversidade Cultural.
3. Tecnologias de Informação e Comunicação: conceitos, efeitos e implicações sociais, econômicas, políticas e culturais

INFORMÁTICA

1. Conceito de internet e intranet.
2. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a internet/intranet.
 - 2.1. Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca, de pesquisa, de redes sociais e ferramentas colaborativas.
 - 2.2. Noções de sistema operacional (ambiente Windows).
 - 2.3. Noções de IP.
 - 2.4. Noções de IMEI.
 - 2.5. Porta lógica.
3. Identificação e manipulação de arquivos.
4. Backup de arquivos.
5. Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU) e disco de armazenamento HDs, CDs e DVDs).
6. Periféricos de computadores.
7. Noções básicas de editores de texto e planilhas eletrônicas (Microsoft Word, Microsoft Excel, LibreOffice Writer e LibreOffice Calc).
8. Segurança na internet: vírus de computadores; spyware; malware; phishing.

9. Metadados de arquivos.
10. Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chromes).
 - 10.1. Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird).
 - 10.2. Sítios de busca e pesquisa na Internet.
 - 10.3. Grupos de discussão.
 - 10.4. Redes sociais.
11. Transferência de arquivos pela internet.
 - 11.1. Procedimentos de backup.
12. Computação na nuvem.
 - 12.1. Armazenamento de dados na nuvem (cloudstorage).
13. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.
14. Deepweb e Darkweb.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

1. Constituição da República Federativa do Brasil (Artigos 1º, 3º, 4º e 5º).
2. Constituição do Estado da Bahia, (Cap. XXIII "Do Negro").
3. Lei federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial).
4. Lei federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).
5. Lei federal nº 9.459, de 13 de maio de 1997 (Tipificação dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).
6. Decreto federal nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969 (Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial).
7. Decreto federal nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 (Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher).
8. Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).
9. Código Penal Brasileiro (art. 140).
10. Lei federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997 (Crime de Tortura).

11. Lei federal nº 2.889, de 1º de outubro de 1956 (Define e pune o Crime de Genocídio).
12. Lei federal nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985 (Lei Caó).
13. Lei estadual nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006 (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial); alterada pela Lei estadual nº 12.212, de 04 de maio de 2011.
14. Lei federal nº 10.678, de 23 de maio de 2003, com as alterações da Lei federal nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 (Referente à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República).

NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

1. Conceito, importância e divisões. Corpo de Delito, perícia e peritos.
2. Documentos médico-legais. Conceitos de identidade, de identificação e de reconhecimento.
3. Principais métodos de identificação.
4. Lesões e mortes por ação contundente, por armas brancas e por projéteis de arma de fogo comuns e de alta energia.
5. Conceito e diagnóstico da morte. Fenômenos cadavéricos. Cronotanatognose, comoriência e promoriência. Exumação. Causa jurídica da morte. Morte súbita e morte suspeita.
6. Exame de locais de crime. Aspectos médico-legais das toxicomanias e da embriaguez. Lesões e morte por ação térmica, por ação elétrica, por baropatias e por ação química.
7. Aspectos médico-legais dos crimes contra a liberdade sexual, da sedução, da corrupção de menores, do ultraje público ao pudor e do casamento.
8. Asfixias por constrição cervical, por sufocação, por restrição aos movimentos do tórax e por modificações do meio ambiente.
9. Aspectos médico-legais do aborto, infanticídio e abandono de recém-nascido.
10. Modificadores e avaliação pericial da imputabilidade penal e da capacidade civil. Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perturbação mental.
11. Aspectos médico-legais do testemunho, da confissão e da acareação.
12. Aspectos médico-legais das lesões corporais e dos maus-tratos a menores e idosos.

NOÇÕES DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Noções de organização administrativa.
 - 1.1. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 1.2. Administração direta e indireta. 1.3. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
2. Ato administrativo. 2.1. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.
3. Agentes públicos. 3.1. Legislação pertinente. 3.1.1. Disposições constitucionais aplicáveis. 3.2. Disposições doutrinárias. 3.2.1. Conceito. 3.2.2. Espécies. 3.2.3. Cargo, emprego e função pública.
4. Poderes administrativos. 4.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.2. Uso e abuso do poder.
5. Licitação. 5.1. Princípios. 5.2. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 5.3. Modalidades. 5.4. Tipos. 5.5. Procedimento.
6. Controle da Administração Pública. 6.1. Controle exercido pela Administração Pública. 6.2. Controle judicial. 6.3. Controle legislativo.
7. Responsabilidade civil do Estado. 7.1. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 7.1.1. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.1.2. Responsabilidade por omissão do Estado. 7.2. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.3. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
8. Regime jurídico-administrativo. 8.1. Conceito. 8.2. Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.
9. Processo Administrativo Disciplinar.

NOÇÕES DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.

2. Organização político-administrativa do Estado. 2.1. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
3. Administração pública. 3.1. Disposições gerais, servidores públicos.
4. Poder executivo. 4.1. Forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo.
- 4.2. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.
- 4.3. Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; meio ambiente; família, criança, adolescente, idoso, índio.

NOÇÕES DIREITO PENAL

1 Princípios básicos

- 1.1. Aplicação da lei penal
- 1.2. A lei penal no tempo e no espaço.
- 1.3. Tempo e lugar do crime.
2. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.
3. Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo.
4. O fato típico e seus elementos.
 - 4.1. Crime consumado e tentado.
 - 4.2. Ilícitude e causas de sua exclusão.
 - 4.3. Excesso punível.
 - 4.4. Punibilidade.
 - 4.5. Excesso punível.
- Culpabilidade (elementos e causas de exclusão).
5. Imputabilidade penal.
6. Concurso de pessoas.
7. Crimes contra a pessoa.
8. Crimes contra o patrimônio.
9. Crimes contra a dignidade sexual.
10. Crimes contra a fé pública.
11. Crimes contra a Administração Pública.

12. Lei nº 11.343/2006 (tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes).
13. Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (crime organizado).
14. Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (crimes hediondos).
15. Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).
16. Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura).
17. Lei nº 9.605/1998 (crimes contra o meio ambiente).
18. Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).
19. Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (crimes de trânsito - Código de Trânsito Brasileiro).
20. Lei nº 11.340/2006 e alterações (cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher “Lei Maria da Penha”).
21. Decreto-Lei nº 3.688/1941 e suas alterações (Lei das Contravenções Penais).
22. Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (Lei de Abuso de Autoridade).

NOÇÕES DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Direto processual penal.
 - 1.1. Princípios gerais, conceito, finalidade, características.
 - 1.2. Fontes. 1.3. Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades.
 - 1.4. Sistemas de processo penal.
2. Jurisdição; competência; conexão e continência; prevenção.
3. Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas.
4. Inquérito policial.
 - 4.1. Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notitia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado, conclusão e prazos.
- 5 Teoria da Prova: conceito, destinatários, meios, fontes e objeto de prova.
 - 5.1 Preservação de local de crime.
 - 5.2 Requisitos e ônus da prova.
 - 5.3 Nulidade da prova.
 - 5.4 Documentos de prova.

5.5. Reconhecimento de Pessoas e coisas.

5.6. Acareação.

5.7. Indícios.

5.8. Busca e Apreensão.

6 Restrição de liberdade.

6.1 Prisão em flagrante.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

1. Lei nº 5.553/1968 (dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal).

2 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).

4 Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica).

5 Lei nº 7.492/1986 (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional).

6 Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral).

7 Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de execução penal).

8 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).

9 Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal).

10 Lei nº 8.137/1990 e alterações (Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e outras relações de consumo).

11 Título II da Lei nº 8.078/1990 e alterações (Crimes contra as Relações de Consumo).

12 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional).

13. Declaração Universal dos Direitos Humanos.

LEGISLAÇÃO GERAL

1. Lei estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994 (Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia).
2. Lei estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005 (Dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia e dá outras providências).
3. Lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011 (Dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências).
4. Lei estadual nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia) e alterações.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!